



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL ITIRAPUÃ torna público para conhecimento dos interessados que na Sala de Licitação e Contratos, localizada na Rua Dozito Malvar Ribas, 5.000, Itirapuã – SP, CEP 14.420-007, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o **do tipo MAIOR LANCE (MAIOR OFERTA)**, **modo de disputa: ABERTO**, o qual será processado de acordo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.245/2024, Decreto Municipal nº 1.370 de 21 de maio de 2026, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade	Pregão Eletrônico
Credenciamento/Início do Cadastro das Propostas	23/07/2026 às 08:30h (horário de Brasília)
Abertura das Propostas/Início dos lances	23/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília)
Pregoeiro(a)	SR.(a) Ariane Gambeta Ferreira Costa
Critério de Julgamento/Adjudicação	<input type="checkbox"/> MAIOR LANCE OU OFERTA.
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Aberto
Benefícios ME/EPP	<input type="checkbox"/> Vide condições no Edital e Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Não
Valor Estimado do Lance inicial	R\$50.000,00
Sistema Eletrônico	www.licitanet.com.br
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Conforme Edital.
Justificativa da Inexistência de Dotação Orçamentária	Não há necessidade de indicação de dotação orçamentária específica para a presente contratação, uma vez que se trata de concessão onerosa de uso de espaço público, modalidade que não gera despesa para o Município de Itirapuã, mas sim receita decorrente do pagamento da outorga pelo concessionário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	Os eventuais custos administrativos relacionados à condução e fiscalização do procedimento serão suportados pelas dotações orçamentárias ordinárias já existentes nos órgãos competentes, sem necessidade de criação ou suplementação de crédito específico. A presente justificativa encontra amparo nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e responsabilidade fiscal, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas aplicáveis
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1. DO OBJETO (Art. 92, I e II da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONCESSÃO ONEROSA DE USO TEMPORÁRIO DE ÁREA PÚBLICA DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL EXCLUSIVA DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PRÓPRIA, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, CAMAROTES (INSTALAÇÃO FACULTATIVA) E DEMAIS ESPAÇOS COMERCIAIS AUTORIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA FESTA DO CAFÉ DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP, A SER REALIZADA NOS DIAS 06, 07 E 08 DE AGOSTO DE 2026**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em item único, conforme especificações constantes do Termo de Referência, sendo adjudicado o objeto ao licitante que apresentar a maior oferta de outorga, observadas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

1.3. O Pregão Eletrônico terá início, em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2. DO PREÇO

2.1. O valor mínimo da outorga onerosa para exploração do objeto da presente licitação fica estabelecido em **R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)**, constituindo o lance inicial para fins de disputa, sendo vencedora a proposta que apresentar a **maior oferta de valor**, nos termos deste Edital e seus anexos.

2.2. A definição do valor mínimo da outorga foi realizada com base em critérios técnicos e de interesse público, considerando, entre outros aspectos:

I – o potencial de exploração econômica e a expectativa de receita decorrente do evento;

II – a exclusividade conferida ao concessionário para a exploração comercial dos espaços e atividades objeto da concessão;

III – o porte do evento e a infraestrutura necessária para sua adequada realização;

IV – o período de duração da festividade, incluindo as atividades preparatórias e de execução;

V – os valores praticados em procedimentos semelhantes promovidos por outros entes públicos, observadas as peculiaridades locais;

VI – a necessidade de assegurar contrapartida financeira compatível pela utilização de bem público municipal;

VII – a busca pela maximização da receita pública, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

VIII – a viabilidade econômico-financeira da exploração do objeto pelo futuro concessionário.

2.3. O valor estabelecido representa o montante mínimo aceitável pela Administração, não sendo admitidas propostas inferiores, sob pena de desclassificação.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Não há necessidade de indicação de dotação orçamentária específica para a presente contratação, uma vez que se trata de concessão onerosa de uso de espaço público, modalidade que não gera despesa para o Município de Itirapua, mas sim receita decorrente do pagamento da outorga pelo concessionário.

3.2. Os eventuais custos administrativos relacionados à condução e fiscalização do procedimento serão suportados pelas dotações orçamentárias ordinárias já existentes nos órgãos competentes, sem necessidade de criação ou suplementação de crédito específico.

3.3. A presente justificativa encontra amparo nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e responsabilidade fiscal, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas aplicáveis.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. **PODERÃO PARTICIPAR** deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br através de manifestação de operador formalmente designado.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a (plataforma) ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O licitante se compromete a:

4.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

4.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

4.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

4.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta (plataforma) utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500, ou através da (plataforma) ou pelo e-mail contato fornecedor@licitanet.com.br

4.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.10. SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO:

- a) De pessoas jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 156, IV da Lei nº 14.133/2021;
- b) De pessoas jurídicas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração de Itirapua nos termos do artigo 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com a Súmula 51 do TCE/SP;
- c) De pessoas jurídicas que estiverem sob processo de falência, judicialmente decretada;
- d) De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) De pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) De pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionam no País;
- g) De entidades e associações do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição.
- h) De agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- i) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.11. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no item 9 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

6.1.1. Valor da outorga ofertada, em moeda corrente nacional, observado o valor mínimo estabelecido neste Edital;

6.1.2. Declaração de que possui pleno conhecimento das condições de execução da concessão e de que atenderá integralmente às exigências constantes do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;

6.1.3. Demais informações eventualmente exigidas pelo sistema eletrônico para fins de cadastramento e participação no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

6.2. O valor informado na proposta corresponderá ao montante da outorga a ser pago ao Município pela concessão onerosa de uso de espaço público, constituindo critério de julgamento a maior oferta apresentada.

6.3. Todas as condições, obrigações e especificações constantes da proposta vinculam o licitante.

6.4. No valor ofertado deverão estar considerados todos os custos, despesas, tributos, encargos, investimentos, materiais, equipamentos, mão de obra e demais ônus necessários ao integral cumprimento das obrigações decorrentes da concessão, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por custos adicionais.

6.5. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo o licitante o compromisso de executar integralmente o objeto da concessão, observadas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

6.8. Por se tratar de concessão onerosa de uso de espaço público, julgada pelo critério de maior lance/oferta, somente serão admitidas propostas iguais ou superiores ao valor mínimo da outorga estabelecido neste Edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor da outorga.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à melhor oferta, será de R\$0,10 (dez centavos).

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances terá duração inicial de dez minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novos lances nesse período de prorrogação.

7.12.3. Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, sendo o sistema responsável por ordenar e divulgar os lances conforme a ordem decrescente de valores.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de, pelo menos, 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances sucessivos.

7.13. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os valores em ordem decrescente, iniciando pela maior oferta.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.19. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, visando à obtenção de maior oferta para a Administração.

7.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada, quando necessário, de documentos complementares.

7.19.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada do licitante, desde que apresentada antes do término do prazo.

7.20. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.6 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar proposta manifestamente inexequível ou incompatível com as obrigações assumidas na concessão.

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no art. 87 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada observando-se a apresentação dos documentos por ele exigidos.

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período, mediante seu deferimento.

9.10.1. A verificação da documentação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e, apenas, do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei Federal n.º 14.133/21, art. 64);

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem



anterior.

9.15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

I - JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) No caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- e) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Certidão ou ficha cadastral da Junta Comercial, da sede da licitante, comprovando a qualidade de ME, EPP ou MEI. (Esse documento é obrigatório apenas para ME/EPP/MEI);

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal** que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal, referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, não havendo necessidade de apresentação de Certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, correspondente a débitos mobiliários.
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal n.º



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

12.440, de 2011.

III - A licitante devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e/ou trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

IV - O prazo para regularização fiscal e/ou trabalhista será contado a partir da adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e homologação o procedimento licitatório.

V - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

VI - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

a) **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

b) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

VII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da concessão, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já realizou, de forma satisfatória, a organização, exploração ou operacionalização de eventos de natureza similar, compatíveis em porte e complexidade com o objeto deste Edital.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar experiência na execução de atividades de gestão de eventos, exploração comercial de espaços públicos ou privados, ou atividades equivalentes, em consonância com o público esperado no evento da cidade.

VIII - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração de que não emprega menores de 18 anos (ANEXO IV);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Declaração concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação no Pregão Eletrônico. (ANEXO VII);

Declaração de ME/EPP (ANEXO VI);

Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação. (ANEXO III);

Declaração de autenticidade (ANEXO V).

9.16. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.16.1. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.

b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06)

c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

e) Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.16.2. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei e, na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.16.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itirapua.sp.gov.br

10.11. A abertura de prazo para interposição de recurso na plataforma será de 10 (dez) minutos, contados da abertura pelo pregoeiro no sistema.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases recursais e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto ao licitante vencedor, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo revogar a licitação por motivo de interesse público devidamente justificado.

12.1.1. A adjudicação e homologação somente ocorrerão em favor de pessoa jurídica que tenha apresentado documentação regular e compatível com o objeto da licitação.

12.2. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato de concessão onerosa de uso de espaço público, no prazo estabelecido neste Edital.

12.3. A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo fixado pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

12.4. A contratação será formalizada mediante assinatura de contrato administrativo de concessão onerosa de uso de espaço público, conforme minuta constante como anexo deste Edital.

12.5. A Administração poderá, antes da assinatura do contrato, verificar a regularidade fiscal, trabalhista e jurídica do adjudicatário, bem como consultar os cadastros de sanções administrativas (CEIS e CNEP), juntando as informações ao processo administrativo.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

13.1. Após a homologação do resultado, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, assinar o Contrato de Concessão Onerosa de Uso de Espaço Público, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.2. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital, podendo ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.3. O contrato será formalizado com o licitante vencedor, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

13.4. O adjudicatário deverá comparecer para assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Administração, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pelo Município.

13.5. Quando o adjudicatário não atender à convocação ou não assinar o contrato, serão convocados os demais licitantes classificados, observada a ordem de classificação, para celebração do ajuste.

13.6. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

13.7. O prazo de vigência do contrato compreenderá o período necessário à montagem, realização e desmontagem do evento, extinguindo-se automaticamente após o cumprimento integral das obrigações.

13.8. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

13.8.1. O prazo de vigência do contrato será aquele necessário à execução do objeto da concessão, abrangendo o período de organização, realização e encerramento do evento, conforme definido no Termo de Referência, extinguindo-se automaticamente após o cumprimento integral das obrigações pelas partes.

13.8.2. **DO REAJUSTE:** Em razão da natureza específica da concessão onerosa, vinculada a evento de execução pontual e prazo determinado, não haverá reajuste do valor da outorga ou de quaisquer valores estabelecidos no presente instrumento.

13.8.3. O valor da outorga será fixo e definido no momento da licitação, por meio da maior oferta apresentada, não se aplicando qualquer atualização, correção ou revisão durante a vigência contratual.

13.8.4. Eventuais ajustes somente poderão ocorrer nas hipóteses legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e processo administrativo próprio, quando cabível.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DE REMANESCENTES

14.1. Após a homologação do resultado do certame, os licitantes remanescentes poderão compor lista de classificação, na ordem decrescente das propostas apresentadas, para fins de convocação na hipótese de desistência, recusa ou impossibilidade de assinatura do contrato pelo licitante vencedor.

14.1.1. A ordem de classificação observará o maior valor de outorga ofertado na fase competitiva.

14.1.2. Os licitantes remanescentes poderão ser convocados para assinatura do contrato nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, respeitada a ordem de classificação.

14.2. A recusa ou não atendimento à convocação não implicará novo direito de preferência, mantendo-se a ordem de classificação original.

14.3. A habilitação dos licitantes remanescentes somente será exigida no momento da convocação, quando houver necessidade de substituição do vencedor, nas seguintes hipóteses:

- a) não assinatura do contrato pelo licitante vencedor no prazo estabelecido;
- b) rescisão ou cancelamento do contrato antes do início da execução;
- c) impossibilidade de execução do objeto pelo contratado.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nas condições do primeiro colocado, a Administração poderá promover novo procedimento licitatório, caso não seja possível a contratação direta nos termos da legislação vigente.

15. DO CANCELAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO E DA PERDA DO DIREITO À CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor perderá o direito à contratação e será desclassificado, sendo convocado o próximo licitante remanescente, quando:

- 15.1.1. descumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sem justificativa aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 15.1.2. não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.3. recusar-se, injustificadamente, a formalizar a contratação ou deixar de cumprir as exigências para sua efetivação;
- 15.1.4. sofrer sanção administrativa que impeça a contratação, nos termos do art. 156, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. A classificação dos licitantes poderá ser desconsiderada e o licitante eliminado do certame, mediante decisão devidamente motivada pela Administração, quando:

- 15.2.1. houver interesse público devidamente justificado;
- 15.2.2. ocorrer desistência expressa do licitante;
- 15.2.3. houver impossibilidade de celebração ou execução do contrato por motivo superveniente.

15.3. A Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para assinatura do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Na hipótese de não aceitação pelos licitantes remanescentes, a Administração poderá promover novo procedimento licitatório, observadas as disposições da legislação vigente.

15.5. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO

16.1. A execução do objeto da concessão onerosa de uso de espaço público deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, compreendendo a organização, montagem, exploração e desmobilização do evento, no prazo e condições definidos pela Administração.

16.2. A execução do objeto ocorrerá no local indicado pela Administração Pública, sendo de inteira responsabilidade do contratado todas as despesas, encargos, estruturas, equipamentos, materiais, mão de obra e demais meios necessários à perfeita execução da concessão.

16.3. A Administração realizará a fiscalização da execução do objeto, podendo rejeitar, no todo ou em parte, a execução que não esteja em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento.

16.4. Constatadas irregularidades na execução, o contratado será notificado para promover as correções necessárias imediatamente ou no prazo fixado pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

16.5. O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante verificação inicial da execução, e definitivamente, após a comprovação do atendimento integral das condições contratuais.

16.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

especificações deste Edital e seus anexos.

17. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (OUTORGA)

17.1. O valor da outorga deverá ser pago em parcela única, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da assinatura do contrato de concessão, mediante guia e apresentação do comprovante.

17.2. O inadimplemento do pagamento da outorga sujeitará o contratado às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo ensejar a rescisão contratual.

17.3. Não haverá pagamento pela Administração ao contratado, uma vez que se trata de concessão onerosa de uso de espaço público, sendo a receita pública decorrente da outorga.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O contratado estará sujeito às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

18.2. Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.2.1. A multa poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no contrato, inclusive por atraso ou inexecução total ou parcial das obrigações.

18.2.2. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. O fiscal do contrato será formalmente designado pela autoridade competente, com atribuições específicas de acompanhamento, fiscalização e registro das ocorrências da execução.

19.3. O fiscal deverá registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.

19.4. O fiscal informará à autoridade competente quaisquer situações que ultrapassem sua competência decisória.

19.5. O fiscal poderá ser auxiliado por setores técnicos e pelo controle interno da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO (Art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão, indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

21.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I - Termo de Referência;

II – Modelo de proposta;

III - Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação;

IV - Declaração de que não emprega menores de 18 anos;

V - Declaração de autenticidade;

VI - Declaração de ME/EPP;

VII - Declaração concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação no Pregão Eletrônico

VIII - Minuta do Contrato;

IX - Termo de ciência e de notificação;

X – Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais;

XI – Mapa do Local da Festa e Cartaz Provisório da Festa.

Itirapuã/SP, 02 de julho de 2026.

Gerson Luiz Alves
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a concessão onerosa de uso de área pública, a ser realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Negativo, do tipo Maior Lance ou Oferta, destinada à instalação, implantação, operação, manutenção, gerenciamento e exploração comercial de infraestrutura necessária à realização da Festa do Café de Itirapuã/SP, evento oficial do Município, programado para ocorrer nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2026, no Centro de Lazer José Antônio da Silva.

1.2. A concessão compreende a exploração comercial, por conta e risco exclusivo da concessionária, dos seguintes espaços e estruturas:

1.2.1. Praça de alimentação;

1.2.2. Bares (bebidas alcoólicas e não alcoólicas) e restaurantes;

1.2.3. Camarotes comerciais (instalação facultativa);

1.2.5. Estruturas de apoio operacional, logístico e comercial do evento;

1.2.6. Demais áreas e instalações necessárias ao pleno funcionamento da atividade econômica durante o evento.

1.3. A programação artística contará com atrações de expressão regional e nacional, destacando-se:

- 06 de agosto de 2026 – Show Pedro Paulo & Paulo Vitor;

- 07 de agosto de 2026 – Show Emílio & Eduardo;

- 08 de agosto de 2026 – Resenha Itirapuã (Nathan & Eduardo, Matheus Neves e Léo & Vinicius) e Dj Lipe

1.3.1. Os shows artísticos serão realizados no período noturno, com duração aproximada de 2h30min (duas horas e trinta minutos) cada.

1.3.2. A apresentação do DJ terá duração aproximada de 40 (quarenta) minutos.

1.4. Considerando a estimativa de elevado fluxo de público durante os três dias de evento, torna-se necessária a concessão onerosa de uso de área pública para que empresa especializada realize a implantação, operação, administração e exploração comercial da estrutura destinada à praça de alimentação, camarotes (instalação facultativa) e restaurante.

1.4.1. Ficam reservados 05 (cinco) camarotes à Administração Municipal.

1.5. A contratação visa assegurar a adequada infraestrutura do evento sem geração de despesas diretas ao Município relativas à exploração comercial dos espaços, além de proporcionar retorno financeiro à Administração por meio da arrecadação decorrente da concessão onerosa.

1.5. Os shows serão gratuitos, sendo vedada à empresa concessionária a cobrança de ingressos ou qualquer outro valor a título de entrada do público.

1.6. Fica proibida a entrada de coolers no recinto do evento.

1.7. A instalação de camarotes no local do evento será facultativa, ficando a critério da concessionária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da legislação vigente, em especial:

2.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente seus princípios, diretrizes e normas aplicáveis às contratações públicas;

2.1.2. Princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

2.1.3. Normas municipais pertinentes às concessões de uso de bens públicos e realização de eventos;

2.1.4. A adoção do procedimento de Pregão Negativo, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.370, de 21 de maio de 2026, justifica-se por se tratar de instrumento mais eficiente e adequado para a concessão de uso de bem público quando o critério de julgamento é a maior oferta de outorga em favor da Administração.

2.1.4.1. Considerando as características do Município de Itirapuã/SP, de pequeno porte, a utilização do Pregão Negativo proporciona maior celeridade, simplificação procedimental, redução de custos administrativos e ampliação da competitividade, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

2.1.4.2. Além disso, a sistemática adotada busca maximizar o retorno financeiro ao Município, mediante a obtenção da maior oferta de outorga pela utilização do espaço público, assegurando, ao mesmo tempo, maior transparência e economicidade na condução do certame. A medida também contribui para tornar o procedimento mais atrativo aos interessados, reduzindo o tempo necessário para a contratação e permitindo que a Administração concentre seus recursos humanos e materiais em atividades finalísticas, aspecto especialmente relevante em municípios de pequeno porte, que dispõem de estrutura administrativa reduzida.

2.1.4.3. Dessa forma, a substituição do procedimento tradicional de concorrência pública pelo Pregão Negativo revela-se compatível com o interesse público, promovendo maior eficiência na gestão administrativa, incremento da arrecadação municipal e observância da regulamentação estabelecida pelo Decreto Municipal nº 1.370/2026

2.1.5. Demais normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pelo Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e ABNT.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Festa do Café integra o calendário oficial de eventos do Município de Itirapuã/SP no ano de 2026, constituindo-se em importante instrumento de promoção cultural, turística, social e econômica, com significativa repercussão regional.

3.2. A realização do evento atrai elevado fluxo de público, demandando infraestrutura adequada, segura e compatível com as normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente no que se refere à montagem de estruturas temporárias de grande porte.

3.3. A adoção do modelo de concessão onerosa se justifica pelos seguintes aspectos:

3.3.1. Geração de receita direta ao Município por meio da outorga;

3.3.2. Redução de despesas públicas com montagem, operação e manutenção da estrutura;

3.3.3. Maior eficiência na execução e gestão operacional do evento;

3.3.4. Transferência de riscos operacionais, técnicos e financeiros ao particular;

3.3.5. Garantia de maior qualidade, organização e segurança na exploração comercial;

3.3.6. Incentivo à participação da iniciativa privada na promoção de eventos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. A concessionária será integralmente responsável pela implantação, montagem, operação, manutenção, exploração comercial e posterior desmontagem de toda a estrutura necessária ao funcionamento do evento, durante todo o período de vigência da concessão.

4.2. O espaço público destinado à concessão corresponde à área delimitada pela Administração Municipal no Centro de Lazer José Antônio da Silva, conforme projeto, mapa e layout oficial do evento.

4.3. A exploração comercial compreenderá o período completo de mobilização, montagem, execução do evento e desmontagem das estruturas, sendo vedada qualquer utilização fora do escopo definido neste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A seleção do concessionário ocorrerá mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Negativo, adotando-se como critério de julgamento o Maior Lance ou Oferta.

5.2. O licitante vencedor deverá fornecer integralmente, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária ao funcionamento dos espaços concedidos.

5.2.1. O licitante vencedor poderá realizar visita técnica ao local do evento, acompanhado pelo gestor da Secretaria Municipal de Cultura, para definição e alinhamento dos locais destinados à instalação das barracas, bem como dos respectivos limites de ocupação. A disposição final dos espaços e qualquer instalação pretendida ficarão condicionadas à prévia aprovação da Administração Municipal, que poderá promover os ajustes que entender necessários em razão do interesse público, da segurança, da organização e da logística do evento.

5.3. A estrutura deverá atender integralmente às normas técnicas da ABNT, exigências do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, legislação municipal e demais órgãos competentes.

5.4. Serão de responsabilidade exclusiva do concessionário:

- a) montagem, manutenção e desmontagem das estruturas;
- b) obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias;
- c) contratação de funcionários;
- d) limpeza dos espaços concedidos;
- e) segurança patrimonial dos bens sob sua responsabilidade;
- f) fornecimento dos equipamentos necessários à operação.

5.5. A utilização dos espaços será restrita ao período compreendido entre a montagem autorizada, realização do evento e desmontagem das estruturas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALOR MÍNIMO DA OUTORGA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÍNIMO DA OUTORGA
01	Concessão onerosa de uso de área pública destinada à instalação, administração e exploração comercial da praça de alimentação, comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, restaurante e camarotes (de instalação facultativa), durante a realização da Festa do	R\$50.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	Café do Município de Itirapuã/SP, a ser realizada nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2026.	
--	-------------------------------------------------------------------------------------------	--

6.1. O espaço público objeto da concessão encontra-se localizado no Centro de Lazer José Antônio da Silva, situado na Rua Galdina Dias Costa, Centro, Itirapuã/SP, em área delimitada conforme mapa constante neste procedimento.

6.2. Da Propriedade e Responsabilidade pela Estrutura

6.2.1. Toda a infraestrutura necessária para realização do evento será de responsabilidade exclusiva do concessionário vencedor, incluindo fornecimento, transporte, montagem, manutenção, operação, desmontagem e retirada ao término da festividade.

6.2.2. O Município não disponibilizará estruturas físicas, equipamentos ou mobiliários, exceto os serviços expressamente previstos neste Estudo Técnico Preliminar.

6.2.3. A utilização do espaço deverá respeitar integralmente os limites definidos pela Administração Municipal no mapa oficial do evento.

6.2.4. A empresa vencedora responderá integralmente pela estabilidade estrutural, segurança, manutenção e conservação de todos os equipamentos instalados.

6.3. Especificações Técnicas Mínimas da Estrutura

6.3.2. Camarotes (Instalação Facultativa)

Camarotes em estrutura metálica com 03 (três) pavimentos, incluindo:

- a) Cobertura integral em lonas antichamas;
- b) Piso em compensado naval com capacidade de carga compatível com a utilização;
- c) Escadas com largura mínima de 1,20m;
- d) Guarda-corpos com altura mínima de 1,20m;
- e) Estrutura acompanhada de ART ou RRT emitida por profissional habilitado.

6.3.3. Sistema Iluminação

O concessionário deverá fornecer, às suas expensas, os equipamentos de iluminação necessários exclusivamente para atendimento das áreas sob sua responsabilidade, incluindo camarotes (instalação facultativa), praça de alimentação e demais espaços explorados comercialmente, quando necessário ao seu adequado funcionamento. Os pontos de energia elétrica serão disponibilizados pelo Município, cabendo ao concessionário a instalação, distribuição e utilização dos equipamentos complementares necessários à operação de suas estruturas, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

6.3.4. Restaurante e Praça de Alimentação

Deverá ser implantada estrutura destinada à alimentação do público contendo:

- a) Restaurante coberto com capacidade aproximada para 200 pessoas;
- b) Mesas e cadeiras em quantidade compatível;
- c) Espaços destinados à comercialização de alimentos e bebidas;
- d) Atendimento às normas sanitárias vigentes.
- e) A localização das estruturas deverá observar o mapa anexo ao edital ou outro local previamente indicado pela Administração Municipal.



6.4. Infraestrutura Disponibilizada pelo Município

6.4.1. O Município disponibilizará:

- a) Delimitação e liberação da área destinada ao evento;
- b) Ponto de energia elétrica existente no local;
- c) Ponto de água disponível, quando tecnicamente viável;
- d) Apoio institucional para fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.
- e) O Município disponibilizará segurança para o evento e instalará banheiros químicos em quantidade compatível com o público estimado.
- f) Caso a concessionária opte pela instalação de camarotes, será de sua responsabilidade disponibilizar banheiros químicos em quantidade suficiente para atender exclusivamente ao público desses espaços, observadas as normas legais e sanitárias aplicáveis.

6.5. Condições de Segurança e Funcionamento

6.5.1. Todas as estruturas deverão possuir laudos técnicos, ART ou RRT, quando exigíveis.

6.5.2. Do mesmo modo, o concessionário deverá obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes.

6.5.3. Será de responsabilidade exclusiva do concessionário:

- a) Equipamentos, mercadorias e insumos utilizados;
- b) Contratação e gestão de funcionários;
- c) Limpeza diária dos espaços concedidos;
- d) Segurança patrimonial das estruturas instaladas;
- e) Reparação integral de eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.

6.5.4. A exploração comercial deverá ocorrer exclusivamente durante o período autorizado para realização da Festa do Café, vedada qualquer utilização diversa daquela prevista no instrumento convocatório.

7. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Constituem obrigações da concessionária, sem prejuízo de outras previstas no edital e no contrato:

- 7.1.1. Executar integralmente a implantação, operação e desmontagem de todas as estruturas;
- 7.1.2. Obter, às suas expensas, todas as licenças, autorizações e alvarás necessários;
- 7.1.3. Contratar equipe técnica e operacional qualificada;
- 7.1.4. Garantir a limpeza, organização e conservação de toda a área concedida;
- 7.1.5. Responsabilizar-se integralmente pela segurança das estruturas e do público;
- 7.1.6. Responder por danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros ou ao patrimônio público;
- 7.1.7. Cumprir integralmente as normas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes;
- 7.1.8. Garantir o cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias aplicáveis.

8. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. São obrigações do Município de Itirapuã/SP:

- 8.1.1. Disponibilizar a área pública delimitada para execução do evento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 8.1.2. Fornecer pontos de energia elétrica e abastecimento de água existentes no local;
- 8.1.3. Realizar a fiscalização técnica, administrativa e operacional da concessão;
- 8.1.4. Designar gestor e fiscal responsáveis pelo acompanhamento do contrato;
- 8.1.5. Prestar apoio institucional necessário à realização do evento.

9. VALOR MÍNIMO DA OUTORGA

- 9.1. O valor mínimo da outorga da concessão será de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo expressamente vedada a cobrança de ingressos, garantindo-se o acesso gratuito do público aos eventos. As apresentações artísticas serão integralmente contratadas e custeadas pelo Município.
- 9.2. O critério de julgamento adotado será o de Maior Lance ou Oferta, em sessão pública, assegurada a transparência, competitividade e isonomia entre os participantes.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. O valor da outorga deverá ser pago em parcela única, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da assinatura do contrato de concessão.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 11.1. O prazo de vigência da concessão compreenderá todas as fases do evento, incluindo:
 - 11.1.1. Período de mobilização e montagem das estruturas;
 - 11.1.2. Execução do evento nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2026;
 - 11.1.3. Desmontagem imediata e completa das estruturas após o encerramento do evento.

12. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1. A gestão da concessão ficará sob responsabilidade do Sr. Weder Baratto – Coordenador Municipal de Cultura (Gestor da Concessão)
- 12.2. A fiscalização da execução contratual será exercida por Luciene Mara Ribeiro – Chefe de Gabinete (Fiscal da Concessão).

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Identificam-se como principais riscos da contratação:
 - 13.1.1. Ausência de interessados no certame;
 - 13.1.2. Inadimplência quanto ao pagamento da outorga;
 - 13.1.3. Falhas estruturais ou técnicas na execução;
 - 13.1.4. Irregularidades sanitárias ou de segurança;
 - 13.1.5. Danos ao patrimônio público ou a terceiros.
- 13.2. Os riscos serão mitigados por meio de exigências técnicas rigorosas, fiscalização permanente, aplicação de penalidades contratuais e responsabilização integral da concessionária.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. A exploração comercial será exclusiva da concessionária, sendo expressamente vedada qualquer utilização diversa do objeto ou cessão não autorizada da área.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

14.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual, incluindo multa, rescisão e demais penalidades cabíveis.

15. CONCLUSÃO

15.1. Conclui-se que a concessão onerosa de uso de área pública, por meio da modalidade Pregão Negativo, sob o critério de Maior Lance ou Oferta, constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, por assegurar eficiência administrativa, economicidade, ampliação da arrecadação, mitigação de riscos operacionais e maior qualidade na execução do evento, em consonância com o interesse público e a legislação vigente.

Itirapua, 02 de julho de 2026.

Weder César Baratto

Gestor de Cultura
CPF: 167.135.898-80
Itirapua-SP

Weder Baratto
Coordenador Municipal de Cultura
Gestor da Concessão



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:
E-MAIL INSTITUCIONAL:

Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor da Outorga (R\$)
01	Concessão onerosa de uso de área pública destinada à instalação, administração e exploração comercial da praça de alimentação, comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, restaurante e camarotes (de instalação facultativa), durante a realização da Festa do Café do Município de Itirapuã/SP, a ser realizada nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2026.	01	Evento	R\$(...)

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (OUTORGA OFERTADA)
R\$ _____ (por extenso)

CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Execução: conforme Termo de Referência, edital e Ordem de Serviço expedida pela Administração.
- Pagamento da outorga: conforme edital, em parcela única e prévia à assinatura contratual.
- Todos os custos, encargos, tributos, investimentos, instalações e operacionalização do objeto correrão integralmente por conta da concessionária.

DADOS BANCÁRIOS (VINCULADOS AO CNPJ)
BANCO
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

RESPONSÁVEL LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO
NOME:
CARGO:
RG:
CPF:
E-MAIL INSTITUCIONAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÇU/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

E-MAIL PESSOAL:
DATA DE NASCIMENTO:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito, que:

- A proposta apresentada atende integralmente às exigências do edital e seus anexos;
- Aceitamos todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal aplicável ao Pregão Negativo;
- Assumimos integral responsabilidade pela execução do objeto da concessão, incluindo montagem, operação, manutenção, exploração comercial e desmontagem das estruturas;
- Observaremos integralmente as normas técnicas da ABNT, bem como as exigências do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes;
- Estamos cientes de que o descumprimento das condições poderá ensejar sanções administrativas previstas na legislação vigente.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

A licitante arrematante deverá apresentar proposta readequada e documentação complementar no prazo de até 02 (duas) horas após o encerramento da etapa de lances, conforme exigido no edital.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome:

CPF:

Cargo:

CNPJ (carimbo obrigatório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu,(nome)....., representante legal da
firma....., interessada em participar do Processo Licitatório na modalidade
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 024/2026, da Prefeitura Municipal de Itirapuã/SP, **DECLARO**, SOB
AS PENAS DA LEI que, a empresa acima descrita cumpre plenamente todos os requisitos de
habilitação para o presente Pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 024/2026, junto ao Município de Itirapuã, que a empresa inscrita no CNPJ sob n.º, se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, com alteração introduzida pela Emenda Constitucional n.º 20/98 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos), ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura
Nome do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, nome completo, nacionalidade, estado civil, (Proprietário ou Representante), portador da carteira de identidade n.º, inscrito no CPF n.º, **DECLARO**, sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados são autênticos e condizem com o documento original.

Por ser verdade firmo o presente instrumento.

Local, mês, 2026.

Nome



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 024/2026, junto ao Município de Itirapuã, que a empresa inscrita no CNPJ sob n.º, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declaramos, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÇU/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO - CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO
OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

A empresa inscrita no CNPJ/MF sob n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

....., de de 2026.

.....
(representante legal)



ANEXO VIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026
CONTRATO N.º. /2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ E

A Prefeitura Municipal de Itirapuã, com sede na Rua, n.º, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr., portador do RG n.º, inscrito no CPF n.º, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a), inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua, n.º, na cidade de, Estado de, representada neste ato por, portador do RG n.º, inscrito no CPF n.º, doravante denominado CONCESSIONÁRIA, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.370 de 21 de maio de 2026, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ***/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONCESSÃO ONEROSA DE USO TEMPORÁRIO DE ÁREA PÚBLICA DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL EXCLUSIVA DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PRÓPRIA, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, CAMAROTES (INSTALAÇÃO FACULTATIVA) E DEMAIS ESPAÇOS COMERCIAIS AUTORIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA FESTA DO CAFÉ DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP, A SER REALIZADA NOS DIAS 06, 07 E 08 DE AGOSTO DE 2026**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor da Outorga (R\$)
01	Concessão onerosa de uso de área pública destinada à instalação, administração e exploração comercial da praça de alimentação, comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, restaurante e camarotes (de instalação facultativa), durante a realização da Festa do Café do Município de Itirapuã/SP, a ser realizada nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2026.	01	Evento	R\$(...)

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.5.2. O Edital de Licitação;

1.5.3. A Proposta do Contratado;

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A vigência do presente instrumento limita-se exclusivamente ao período de realização do evento, compreendendo o prazo necessário à instalação, operação e desmobilização das estruturas e atividades autorizadas.

2.2. A concessão/permissão de uso do espaço público terá caráter temporário e precário, sendo válida somente durante os dias de realização do evento, conforme cronograma oficial definido pela Administração, não gerando qualquer direito à prorrogação, renovação automática ou continuidade da ocupação após o seu encerramento.

2.3. Eventuais prorrogações somente poderão ocorrer de forma excepcional, mediante justificativa expressa da Administração Pública e desde que vinculadas à necessidade de alteração do calendário oficial do evento, não se aplicando, em regra, os prazos previstos nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza eventual e transitória do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO RECOLHIMENTO

3.1. A Concessionária pagará ao Município de Itirapuã o valor de R\$**** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), correspondente ao lance vencedor do Pregão Eletrônico nº 024/2026, observado o valor mínimo fixado no Edital, como contrapartida pela outorga onerosa de uso do espaço público.

3.2. O pagamento deverá ser efetuado em parcela única, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do dia subsequente à assinatura do termo de contrato, por meio de guia própria emitida pela Administração Municipal.

3.3. O atraso no pagamento sujeitará a Concessionária às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021:

3.3.1. multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido;

3.3.2. juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

3.3.3. atualização monetária pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único. Todos os custos relacionados à operação, manutenção, conservação e adequação do espaço concedido, bem como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da Concessionária, não cabendo qualquer repasse ou ônus ao Município.

4. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

4.1. O valor da outorga é fixo e não sofrerá qualquer tipo de reajuste ou atualização monetária, em razão da natureza eventual, temporária e vinculada à realização do evento, cuja execução ocorrerá em período determinado.

4.2. Não se aplica ao presente instrumento qualquer mecanismo de recomposição de preços, revisão ou reajuste, inclusive aqueles previstos no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de curta duração e execução imediata.

4.3. Eventuais alterações de valor somente poderão ocorrer mediante novo procedimento administrativo, devidamente justificado e autorizado pela Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a afixação de marcas, logotipos e/ou patrocínios de quaisquer produtos ou empresas nos espaços concedidos, salvo mediante autorização prévia da Administração Municipal.

5.2. É proibida a prática de diferenciação de preços para um mesmo produto em razão da localização do ponto de venda ou de qualquer outro critério não previsto neste instrumento convocatório.

5.3. É expressamente vedado o descarte de óleo, gordura ou resíduos sólidos em bueiros, galerias pluviais, valas de escoamento ou qualquer área inadequada, devendo o descarte observar as normas ambientais vigentes.

5.4. É proibida a sublocação, cessão, transferência ou compartilhamento, total ou parcial, dos espaços concedidos, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal.

5.5. É proibida a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos, nos termos da legislação vigente.

5.6. Por razões de segurança pública, fica proibida a utilização, disponibilização ou comercialização de materiais cortantes, perfurantes ou quebráveis, tais como recipientes de vidro, talheres metálicos ou similares, quando incompatíveis com as normas de segurança do evento.

5.7. A operação de caixa e controle financeiro é de inteira responsabilidade da concessionária, que deverá garantir disponibilidade de troco suficiente durante todo o período do evento.

5.8. A concessionária deverá observar integralmente as disposições da Resolução RDC nº 216/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como demais normas sanitárias aplicáveis, assegurando a qualidade, higiene e segurança dos alimentos comercializados.

5.9. É vedada a comercialização de produtos fora do horário oficial de funcionamento do evento, conforme definido pela organização.

5.10. A limpeza, organização e conservação interna dos espaços utilizados são de responsabilidade exclusiva da concessionária durante todo o período da concessão.

5.11. A concessionária deverá informar previamente à organização o quantitativo de equipamentos a serem utilizados, bem como suas respectivas voltagens, potências e necessidades elétricas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

5.12. É expressamente proibida qualquer intervenção, alteração ou manipulação na rede elétrica do evento por parte da concessionária ou seus prepostos, devendo qualquer necessidade ser comunicada à equipe técnica responsável.

5.13. Quando houver necessidade de ligações elétricas específicas (monofásicas, bifásicas ou trifásicas), a adequação técnica e os equipamentos necessários serão de responsabilidade exclusiva da concessionária, cabendo ao Município apenas o fornecimento da energia nos pontos disponibilizados.

5.14. A guarda, segurança e conservação de todos os bens, materiais, equipamentos, insumos e estoques da concessionária são de sua inteira responsabilidade.

5.15. O abastecimento de estoque será permitido durante o período do evento, devendo a concessionária garantir adequada conservação, armazenamento e refrigeração dos produtos, conforme normas sanitárias.

5.16. Ao término do evento, a concessionária deverá promover a desmontagem integral de suas estruturas, retirada de equipamentos e limpeza completa da área, entregando o espaço em perfeitas condições de uso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

6.1. A concessionária deverá possuir condições técnicas, operacionais, administrativas e financeiras compatíveis com a execução integral do objeto, a partir da assinatura do instrumento contratual.

6.2. A concessionária deverá praticar preços populares na comercialização de alimentos e bebidas, conforme diretrizes estabelecidas no Edital, Termo de Referência e cardápio previamente aprovado pela Administração.

6.3. A concessionária será responsável, às suas expensas, pela instalação de toda a estrutura necessária, equipamentos, utensílios, insumos e mão de obra suficiente para a adequada execução dos serviços.

6.4. A execução dos serviços deverá observar integralmente o Edital, Termo de Referência, legislação aplicável, normas técnicas e sanitárias vigentes.

6.5. A concessionária será exclusivamente responsável pela contratação, gestão e remuneração de seu pessoal, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.

6.6. A concessionária deverá manter estoque compatível com a demanda do evento, assegurando qualidade, procedência, validade e condições adequadas de consumo dos produtos.

6.7. A concessionária responderá pela conservação, integridade e adequada utilização dos equipamentos, estruturas e materiais empregados na execução do objeto.

6.8. A concessionária deverá manter todas as instalações, equipamentos e utensílios em condições adequadas de higiene, limpeza e conservação, conforme normas da Vigilância Sanitária.

6.9. A concessionária arcará integralmente com todos os custos decorrentes da execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, operacionais e demais despesas.

6.10. A concessionária responderá civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de suas atividades, de seus empregados ou prepostos.

6.11. A concessionária deverá cumprir integralmente prazos, condições e especificações estabelecidas neste instrumento e demais documentos vinculados.

6.12. A concessionária deverá ressarcir o Município por quaisquer prejuízos, multas ou sanções decorrentes de descumprimento contratual ou irregularidades sob sua responsabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

6.13. A concessionária deverá observar integralmente as normas da ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004, bem como demais legislações sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A concessionária obriga-se a adotar práticas sustentáveis durante toda a execução do objeto, observando a legislação ambiental vigente e as diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

7.2. Deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas: destinação adequada de resíduos sólidos, incentivo à coleta seletiva quando aplicável, redução do uso de materiais descartáveis não recicláveis, manutenção da limpeza contínua do espaço, desmontagem integral das estruturas sem resíduos remanescentes e reparação de eventuais danos ambientais causados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

8.1. São obrigações do Município de Itirapuã, na qualidade de Poder Concedente:

8.1.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal vigente.

8.1.2. Disponibilizar o espaço público objeto da concessão nas condições, prazos e limites estabelecidos no Edital, Termo de Referência e demais instrumentos correlatos.

8.1.3. Exigir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela concessionária, comunicando formalmente eventuais irregularidades e concedendo prazo para saneamento, quando cabível.

8.1.4. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Ficam designados como:

8.2.1. A gestão da concessão ficará a cargo de: Weder Baratto – Coordenador Municipal de Cultura (Gestor da Concessão)

8.2.2. A fiscalização será exercida por: Luciene Mara Ribeiro – Chefe de Gabinete (Fiscal da Concessão)

8.3. Compete ao Gestor e ao Fiscal do Contrato acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual, registrando ocorrências, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste e observando integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida no edital ou apresentar declaração/documentação falsa;

9.1.2. não celebrar o contrato de concessão, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento durante a execução da concessão;

9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção);

9.1.7. atrasar, sem justificativa, o pagamento da outorga mensal devida ao Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

9.2. Sanções aplicáveis

9.2.1. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar à Concessionária, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1.1. advertência, quando a infração for considerada de menor gravidade;

9.2.1.2. O atraso no pagamento da outorga mensal sujeitará a Concessionária à aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, sem prejuízo da atualização monetária pelo IPCA-E ou índice que venha a substituí-lo;

9.2.1.3. multa compensatória, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da última outorga mensal devida, conforme a gravidade da infração:

9.2.1.3.1. 10% para infrações leves, de natureza formal, sem dano relevante à Administração;

9.2.1.3.2. 15% a 20% para infrações médias, com prejuízo moderado ou reincidência;

9.2.1.3.3. 25% a 30% para infrações graves, caracterizadas por inexecução total, fraude, má-fé ou dano expressivo ao patrimônio público;

9.2.1.3.4. A fixação do percentual observará os critérios do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1.4. poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, quando praticadas condutas que comprometam a execução da concessão, pelo prazo de até 3 (três) anos;

9.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável nos casos de fraude grave ou prática de atos lesivos à Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação.

9.3. Procedimento

9.3.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 158 da Lei nº 14.133/2021; 12.3.2. Será concedido prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa ou recurso, contado da intimação; 12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração;

9.4.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.3. os danos causados à Administração;

9.4.4. eventual implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pela Concessionária.

9.5. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.6. Se a multa aplicada superar o valor devido à Concessionária, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

9.7. As sanções aplicadas serão registradas nos cadastros competentes, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

10.1.1. por iniciativa da Administração Pública, nos casos de interesse público devidamente justificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 10.1.2. por descumprimento contratual grave, total ou parcial, pela concessionária.
- 10.1.3. pela anulação, quando constatada ilegalidade insanável;
- 10.1.4. pela rescisão amigável, por acordo entre as partes, desde que conveniente ao interesse público;
- 10.1.5. pela falência ou extinção da concessionária;
- 10.1.6. por outras hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 8.987/1995 e no presente contrato;
- 10.2. A extinção observará o contraditório e a ampla defesa, assegurando-se o devido processo administrativo.
- 10.3. O termo de extinção será instruído, sempre que possível, com:
 - 10.3.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 10.3.2. relação dos pagamentos e valores devidos;
 - 10.3.3. definição de eventuais indenizações, sanções e obrigações remanescentes.
- 10.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate a ocorrência de conflito de interesses nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. A extinção da concessão não afastará a obrigação de a concessionária devolver o espaço público em condições adequadas de uso, nem eximirá as partes da responsabilidade por indenizações, multas ou reparação de danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

- 10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, desde que compatíveis com a natureza da concessão de uso do bem público.
- 10.2. As alterações admitidas limitar-se-ão a:
 - 10.2.1. prorrogação do prazo de vigência, quando prevista no edital e justificada pelo interesse público;
 - 10.2.2. adequação do espaço concedido às necessidades do serviço, desde que não implique modificação substancial do objeto;
 - 10.2.3. atualização de obrigações acessórias para atender exigências legais, normativas ou de interesse público superveniente;
 - 10.2.4. recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível;
- 10.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, submetido à análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. Para a consecução do objeto pretendido não haverá desembolso financeiro por parte do município, sendo este executado de forma NÃO ONEROSA aos cofres públicos, posto que a presente contratação visa a geração de receita.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, legislação municipal e demais normas federais de licitações e contratos administrativos, observados os princípios gerais da Administração Pública e do direito contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Patrocínio Paulista – SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Itirapuã - SP, xxx de xxxx de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ

Gerson Luiz Alves

Prefeito

PREFEITURA

EMPRESA

CNPJ sob o nº...

CONTRATADA

TESTEMUNHA

1) _____
RG
CPF

2) _____
RG
CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO IX

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 1.709/2026
EDITAL N.º 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026

ANEXO X

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Pregão n.º 024/2026

CONTRATANTE: XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:
CONTRATO N.º XXXXXXXX

As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente INSTRUMENTO, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

As PARTES se obrigam diante do presente instrumento, que os direitos dos titulares estarão garantidos e resguardados quanto:

- I – a confirmação da existência do tratamento;
- II – o acesso aos dados pessoais tratados;
- III – a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais;
- V – a portabilidade dos dados pessoais;
- VI – a informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados;
- VII – informar as consequências da revogação do consentimento;
- VIII – a informação quanto aos fatores que levaram a uma decisão automatizada.

As PARTES também se comprometem a proporcionar o pronto atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata, ou no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, justificando os motivos da demora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

E, por assim estar justo e contratado, as PARTES assinam o presente Termo em 02 (duas) vias do mesmo teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, constituindo ato jurídico perfeito e representando o livre exercício da vontade das partes.

xxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxx de 2026.

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada



ANEXO XI

MAPA DO LOCAL DA FESTA E CARTAZ PROVISÓRIO DA FESTA DO CAFÉ

Pregão nº 024/2026

Os referidos documentos integram o presente Edital, sendo disponibilizado em anexo apartado.